

# Alves diz que liberou verba pelo Congresso

Alexandre Pinheiro

Os parlamentares da CPI do Orçamento que ouviram ontem o governador de Sergipe, João Alves Filho (PFL), saíram convencidos de que havia um esquema de manipulação das verbas de subvenção do Ministério do Interior em 1989. A principal pergunta da CPI ao governador, que na época era ministro do Interior, questionava por que ele havia liberado 40 milhões de dólares em subvenções para uma relação de entidades e prefeituras indicadas pelo deputado João Alves (sem partido-BA).

O governador explicou que liberou as verbas porque João Alves, que era membro da Comissão do Orçamento, havia sido credenciado pelo então presidente da Comissão, deputado Cid Carvalho (PMDB-MA), para apresentar os pedidos junto ao ministério. A liberação, segundo o governador, foi feita porque não existiam suspeitas de irregularidades na Comissão naquela época. O fato de 4,5 milhões de dólares em subvenções se destinarem a prefeituras e entidades da Bahia ligadas ao deputado João Alves e ao ex-líder do PMDB na Câmara, Genebaldo Correia, outro suspeito de envolvimento na corrupção, não chamou a atenção do governador.

João Alves Filho disse também à CPI que o deputado levou a lista de subvenções após conseguir a liberação dos recursos do Tesouro Nacional. O governador pediu à sua assessoria técnica que checasse a liberação e autorizou as subvenções. Ou-

IVALDO CAVALCANTE



João Alves (E) com os membros da CPI, Vivaldo ao centro: liberação ocorreu por pedido do Congresso

tro argumento usado pelo governador na sua defesa foi de que não podia entrar em choque com o Congresso Nacional ou com a Comissão de Orçamento. Segundo ele, "se existiam problemas era na indicação dos nomes que compunham a Comissão e não no seu ministério".

O senador Garibaldi Alves (PMDB-RN), coordenador da Subcomissão de Subvenções Sociais afirmou após o depoimento do governador que "a CPI vai continuar tentando elucidar os motivos que levaram o então ministro a fazer uma liberação tão generosa de recursos". Garibaldi Alves questiona também porque as verbas foram li-

beradas atendendo às indicações do deputado João Alves se elas faziam parte da dotação global do ministério.

O coordenador da Subcomissão de Emendas, deputado Sigmaringa Seixas (PSDB-DF) concorda com o senador e disse que um ministro não pode liberar recursos dessa forma. Ele afirmou também que com relação a sua comissão não havia nada contra o governador João Alves Filho. A única subcomissão que vai aguardar algumas explicações do ex-ministro é a de Patrimônio. Segundo os parlamentares, os dados da sua declaração de bens não batem com as informações fornecidas à CPI

pelo cartório de registros do seu estado. O governador explicou que trata-se de algumas transferências e vendas de imóveis.

**Atraso** — O depoimento do governador de Sergipe à CPI começou com duas horas de atraso. Marcado para as nove horas na representação de seu estado, o governador só começou a ser ouvido pelos cinco membros da Comissão às 11h. O motivo do atraso foi a presença do deputado Vivaldo Barbosa (PDT-RJ). Ele não fazia parte da lista encaminhada ao governador pelo presidente da CPI, senador Jarbas Passarinho (PPR-PA).